



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral



Direção de Serviços de Recursos Humanos



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

DESPACHO:

Aprovo



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

ÍNDICE

	Págs.
1ª PARTE	
Preâmbulo.....	4
2ª PARTE	
Organograma	5
Mapa de Pessoal.....	6
Indicadores Sociais	8
3ª PARTE	
Análise sumária dos dados mais evidenciados	
Capítulo 1 - Recursos Humanos	10
Capítulo 2 - Remunerações e Encargos	15
Capítulo 3 - Higiene e Segurança	16
Capítulo 4 - Formação Profissional	17
Capítulo 5 - Relações Profissionais	19
4ª PARTE	
Formulário do Balanço Social segundo modelo da DGAEP	20



PREÂMBULO

O Balanço Social de 2015 dá cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de Outubro, segue as indicações provenientes da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e utiliza o formulário oficial disponibilizado no sítio da *internet* da DGAEP.

O Balanço Social é um instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos inserido no ciclo anual de gestão. A análise dos dados aferidos com base neste documento permite caracterizar os recursos humanos da organização, no caso concreto a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM).

É apresentada uma série de indicadores sociais que permite comparar os dados com os do ano anterior e efetuar uma análise sumária dos valores mais significativos no ano em apreço.

A Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2015 fixou como objetivo a concentração de funções comuns numa única entidade. No seguimento destas orientações, a SGPCM adotou um novo modelo organizacional e funcional, que já tinha sido implementado nas Finanças, Negócios Estrangeiros e Economia.

Este modelo tinha por escopo: i) a gestão partilhada de recursos humanos, financeiros e patrimoniais; ii) a centralização de atribuições comuns numa única entidade (secretaria-geral ou serviço que assuma a função de entidade coordenadora do respetivo programa orçamental) nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais; iii) a simplificação do orçamento e da gestão orçamental através da fusão de orçamentos; iv) maior flexibilidade na gestão e maior eficiência, bem como redução do número de entidades sujeitas a prestação de contas e v) ganhos de eficiência nas áreas administrativas, processos e procedimentos.

Deste modo o Balanço Social reflete a realidade resultante das sucessivas mudanças que ocorreram por imposição legal e que se traduziram na admissão de mais pessoas conforme explicado no Capítulo 1 - Admissões/regressos de trabalhadores.

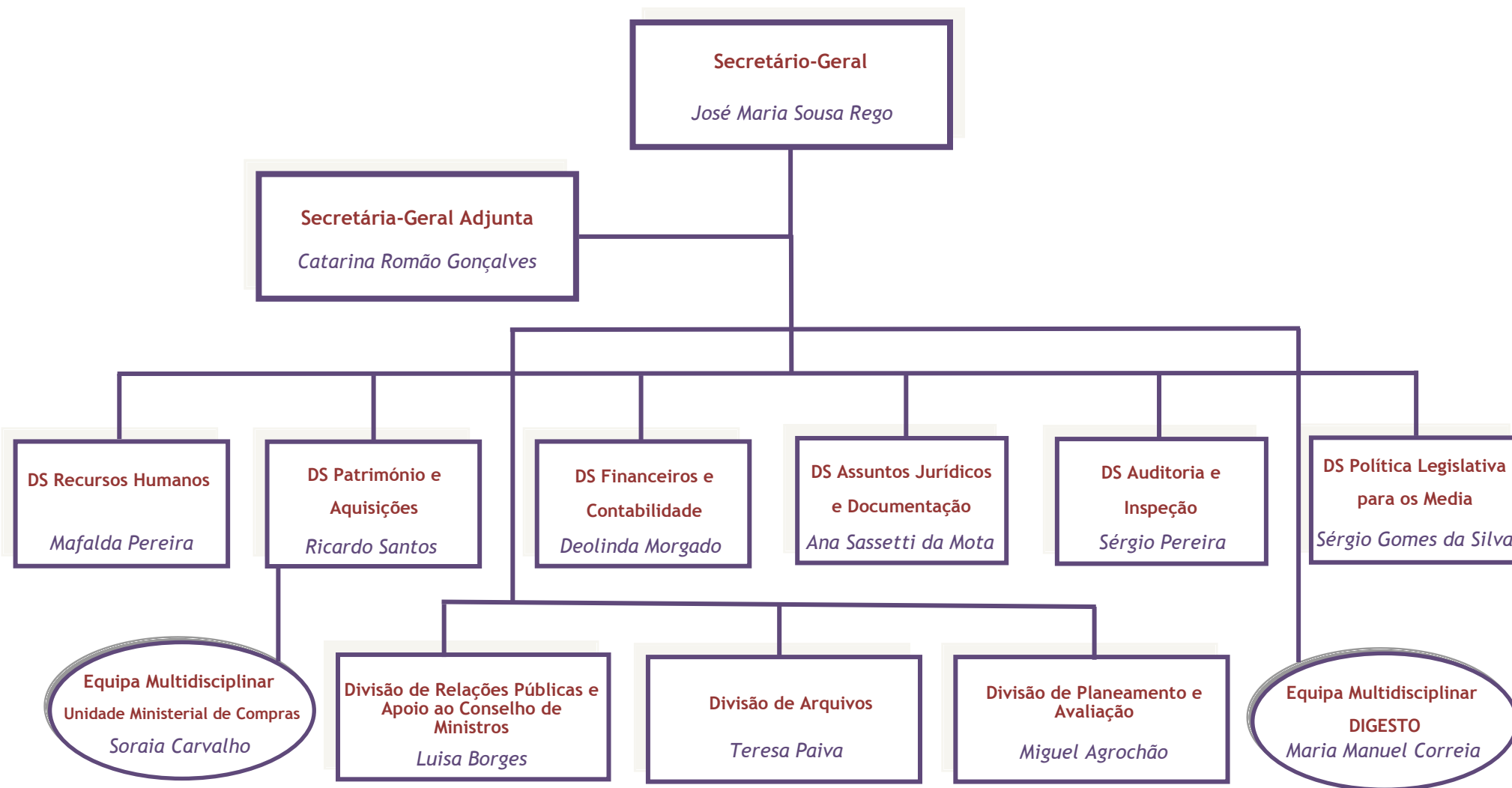
Assim, em comparação com o ano anterior no qual se registavam 101 efetivos verificou-se um aumento de 32 trabalhadores, o que representa um incremento de 13% da força de trabalho da SGPCM.

Deste modo a SGPCM contou com a colaboração de 133 pessoas para um universo total de 209 trabalhadores. O universo total incluía: i) pessoal em comissão de serviço e em mobilidade noutros organismos - 32 trabalhadores e ii) pessoal em funções em gabinetes governamentais e nas entidades no âmbito da PCM - 45 trabalhadores, perfazendo um total de 77, distribuídos do seguinte modo: 31 trabalhadores pertencem à carreira técnica superior, 8 à carreira de informática, 15 à carreira de assistente técnico e 23 à carreira de assistente operacional.

Todo o tratamento estatístico contemplou apenas os trabalhadores em exercício efetivo de funções na SGPCM a 31 de dezembro de 2015 ou seja 133 pessoas independentemente do vínculo jurídico detido.



ORGANOGRAMA DA SG-PCM





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

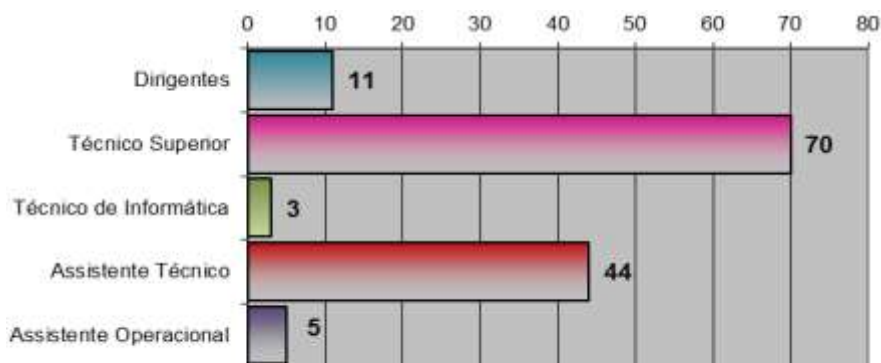
MAPA DE PESSOAL

Grupo de Pessoal	Cargo /Carreira	Nº de trabalhadores/as em 31.12.2015
Pessoal dirigente	Secretário-Geral Secretária-Geral Adjunta Diretor de serviços	11
Pessoal técnico superior	Técnico superior	70
Pessoal de informática	Técnico de informática	3
Pessoal assistente técnico	Assistente técnico	44
Pessoal assistente operacional	Assistente operacional	5
TOTAL		133

Em 31 de dezembro de 2015 exerciam funções na SGPCM 133 trabalhadores distribuídos por 5 grupos profissionais. Comparativamente com 2014 o número de efetivos aumentou para dar resposta às novas atribuições.

O grupo de pessoal com maior incidência de trabalhadores é o dos técnicos superiores (53%) onde estão incluídos dois chefes de equipa multidisciplinar, seguido do grupo dos assistentes técnicos (33%). Os grupos com menor representatividade são o do pessoal informático (2%) e o do pessoal assistente operacional (4%).

Quanto ao grupo do pessoal dirigente incluía 2 cargos de direção superior e 9 de direção intermédia.



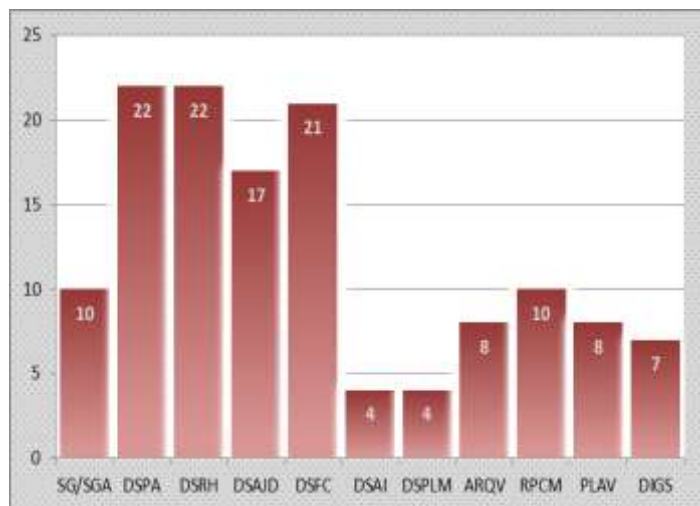
Durante vários anos, os assistentes técnicos foram o grupo dominante na SGPCM. Todavia, nos últimos quatro anos tem-se constatado que o grupo técnico superior tem vindo a ocupar uma posição mais expressiva na medida em que se estimula a modernização administrativa e se procede ao reforço de competências.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Distribuição dos efetivos por unidade orgânica

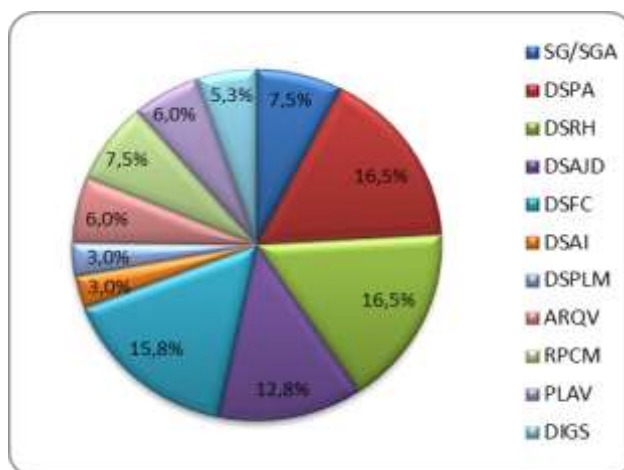
O pessoal encontrava-se distribuído pelas diferentes unidades orgânicas conforme apresentado no gráfico abaixo.



- Secretário-Geral/Secretária-Geral Adjunta (SG/SGA)
- Direção de Serviços de Património e Aquisições (DSPA) e Equipa Multidisciplinar Unidade Ministerial de Compras (UMC)
- Direção de Serviços de Recursos Humanos (DSRH)
- Direção de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação (DSAJD)
- Direção de Serviços Financeiros e de Contabilidade (DSFC)
- Direção de Serviços de Auditoria e Inspeção (DSAI)
- Direção de Serviços de Política Legislativa para os Media (DSPLM)
- Divisão de Arquivos (ARQV)
- Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros (RPCM)
- Divisão de Planeamento e Avaliação (PLAV)
- Equipa Multidisciplinar DIGESTO (DIGS)

Em 2015 as unidades orgânicas mais expressivas em termos de trabalhadores eram a Direção de Serviços de Património e Aquisições, a Direção de Serviços de Recursos Humanos e a Direção de Serviços Financeiros e de Contabilidade, correspondendo a 16,5%, 16,5% e 15,8%, respetivamente, do total de efetivos.

Por outro lado as unidades orgânicas que detinham menor número de trabalhadores eram a Direção de Serviços de Auditoria e Inspeção e a Direção de Serviços de Política Legislativa para os Media com 4 trabalhadores cada uma, correspondendo a 3% do total de efetivos.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

INDICADORES SOCIAIS

		2014	2015	
Taxa de Pessoal Dirigente e Chefias	$\frac{\text{Dirigente e Chefia}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	9,9%	8,2%	↓
Taxa de Enquadramento do Pessoal Dirigente Feminino	$\frac{\text{Dirigentes Femininos}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	5,9%	4,5%	↓
Taxa de Feminização	$\frac{\text{Trabalhadores Femininos}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	70,2%	69,9%	↓
Taxa de Tecnicidade (em sentido restrito)	$\frac{\text{Dirigentes + Téc. Superiores}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	59,4%	60,9%	↑
Taxa de Formação Superior	$\frac{\text{Nº Dout. + Mestr. + Lic. + Bach.}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	60,3%	60,9%	↑
Taxa de Formação Superior Feminina	$\frac{\text{Nº Dout. + Mestr. + Lic. + Bach.}}{\text{Efetivo Feminino}} \times 100$	64,8%	87%	↑
Taxa de Pessoal Assistente Técnico	$\frac{\text{Nº de Assistentes Técnicos}}{\text{Total trabalhadores}} \times 100$	32,7%	33%	↑
Taxa de Absentismo	$\frac{\text{Número de dias de ausência}}{(\text{Nº dias trabalháveis}^* \times \text{Total trab.})} \times 100$	7,11%	6,3%	↓

224 – é o número de dias trabalháveis por ano, descontando ao n.º de dias do ano os fins -de -semana, feriados e o período de férias.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

		2014	2015	
Média Etária	<u>Soma das idades</u> Total trabalhadores	48,9	48,9	
Nível Médio Etário Feminino	<u>Soma das idades dos efetivos femininos</u> Total efetivos femininos	49	48,8	
Leque Etário	<u>Idade mais velha</u> Idade mais nova	2,5	2,5	
Leque Remuneratório	<u>Remuneração mais elevada</u> Remuneração mais baixa	9,1	9,1	

Legenda:

Para facilitar a comparação com o ano anterior foram utilizados 4 níveis de graduação para cada indicador, que a seguir se explicam:

	Valores que são <u>positivos</u> para o serviço e que significam aumento ou diminuição
	Valores que são <u>pouco expressivos</u> para o serviço e que significam aumento ou diminuição
	Valores que são <u>negativos</u> para o serviço e que significam aumento ou diminuição
	Valores que <u>não são reveladores</u> para o serviço e que significam um resultado idêntico

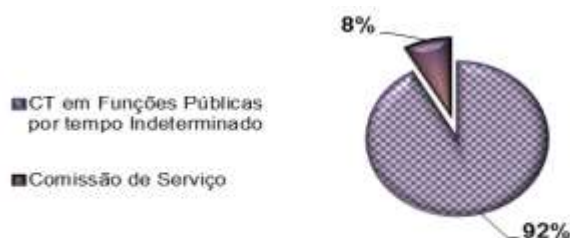


ANÁLISE SUMÁRIA DOS DADOS MAIS EVIDENCIADOS

Capítulo 1 - RECURSOS HUMANOS

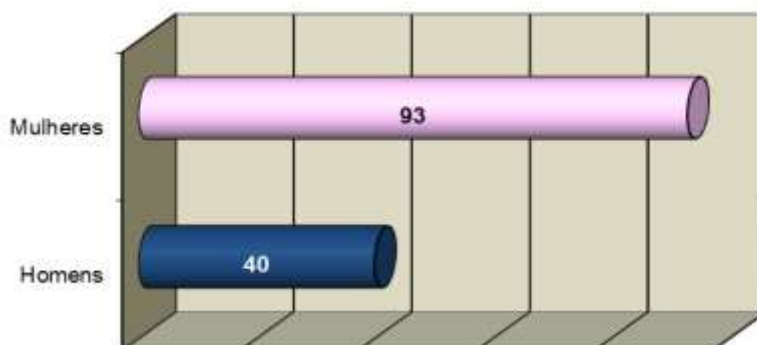
Trabalhadores por modalidade de vinculação

Em 31 de dezembro de 2015 a SGPCM contava com um total de 133 trabalhadores em exercício efetivo de funções, sendo que 122 trabalhadores detinham contrato de trabalho em funções públicas na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado e 11 encontram-se em comissão de serviço ao abrigo do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2014, de 15 de janeiro na sua redação atual.



Trabalhadores segundo o género

De acordo com o universo dos trabalhadores 93 são do género feminino e 40 são do género masculino. A taxa de feminização é de 69,9%, embora com um ligeiro decréscimo em relação ao ano de 2014 (70,2%).



A disparidade entre homens e mulheres é mais acentuada na carreira de técnico superior, na qual 74,2% são do género feminino, seguida da carreira de assistente técnico com 77%. Este diferencial inverte-se nos assistentes operacionais, em que 4 dos 5 existentes são do género masculino, predominantemente motoristas.

Nos cargos dirigentes a diferença entre géneros reduz-se, registando-se uma taxa de feminização de 54,5% (dos 11 dirigentes 6 são do género feminino).



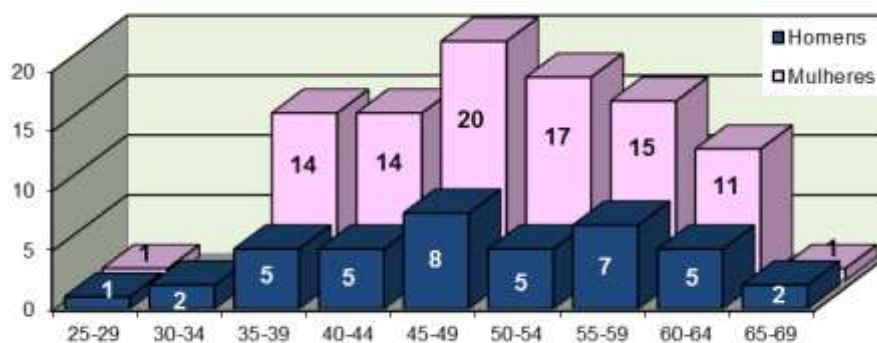
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Trabalhadores por escalão etário

Da análise do quadro infra verifica-se que os valores mais elevados se centram nos intervalos 45-49, 50-54 e 55-59 anos, nos quais se encontram 72 trabalhadores, correspondendo a 54% do total de efetivos.

Examinado o escalão etário tendo por base o género constatou-se que o maior número de mulheres e homens se situava na mesma faixa etária de 45-49 anos, 20 e 8 respetivamente.

O leque etário, que traduz a diferença de idades entre a pessoa mais nova e a mais velha, é, no caso vertente, de 42 anos, resultando da diferença de idades entre o mais novo (27 anos) pertencendo à carreira técnica superior e o mais velho (69 anos) exercendo um cargo dirigente. O indicador nível etário médio situa-se nos 49 anos (48,9).

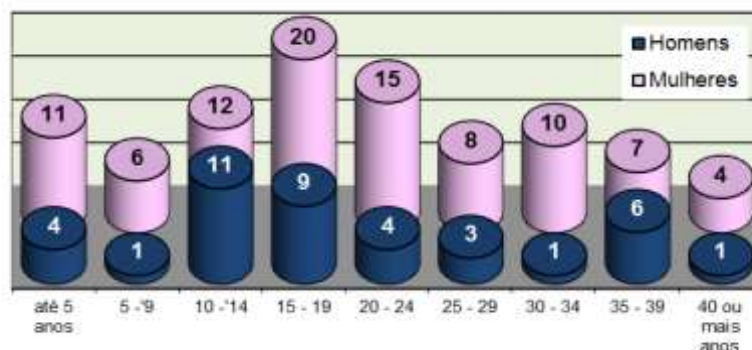


Trabalhadores por escalão de antiguidade

A média de antiguidade na função pública situa-se nos 20 anos.

Da análise do gráfico resulta que o nível de antiguidade mais significativo se situou entre os 15 e os 19 anos (29 trabalhadores), dos quais 17 pertencem ao grupo dos técnicos superiores, 4 ao grupo do pessoal dirigente, 7 ao grupo dos assistentes técnicos e 1 ao grupo dos assistentes operacionais.

Dá-se nota que existiam 5 trabalhadores do género feminino com 40 ou mais anos de antiguidade, sendo um deles técnico superior e os restantes 4 assistentes técnicos.



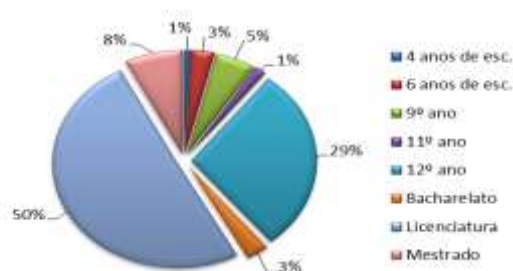


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Trabalhadores por nível de escolaridade

O nível de escolaridade predominante nos trabalhadores da SGPCM era a licenciatura, com um total de 67 pessoas, o que representa 50,3% do universo. Desses trabalhadores, 10 eram detentores do grau de mestrado.

Dos 81 trabalhadores com formação superior 71,6% são do género feminino e 28,3% do género masculino. A licenciatura predominante era o Direito (32).



Trabalhadores portadores de deficiência

No ano em apreço existiam 9 pessoas (6,7%) do total de efetivos portadores de deficiência, sendo 5 do género feminino e 4 do género masculino. Contudo, em nenhum dos casos, foi necessário adaptar o posto de trabalho à deficiência específica.

Admissões e ou regresso de trabalhadores

Em 1 de janeiro de 2015 foram centralizadas na SGPCM atribuições comuns de algumas entidades no âmbito da PCM dando cumprimento ao disposto nos arts. 31.º e seguintes da LOE para 2015, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro. Nessa sequência, para se executarem as tarefas inerentes à centralização nos domínios da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais foi necessário recorrer ao reforço de pessoal da SGPCM através de instrumentos de mobilidade.

Também através do Decreto-Lei n.º 24/2015 de 6 de fevereiro foi determinada a extinção por fusão do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), tendo as respetivas atribuições sido integradas, entre outros serviços, na SGPCM e reafeto o pessoal então em funções.

Por imposição legal foram igualmente integrados na SGPCM através de criação de posto de trabalho, por despacho conjunto do PM e MEF, colaboradores dos serviços de informações.

Com a extinção do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), por fusão, foi integrado na SGPCM um trabalhador que pertencia a esse serviço de acordo com o disposto na al. b) do n.º 3 do art. 248.º da LTFP.

Assim, durante o ano de 2015 registou-se a admissão e ou regresso de 59 trabalhadores dos quais:

- 22 em regime de mobilidade para responder à concretização do modelo de centralização de recursos;
- 13 através da reafetação de trabalhadores do extinto GMCS;
- 5 pela integração *ope legis* de trabalhadores dos serviços de informações;
- 1 pela integração de trabalhador proveniente do extinto IGFSE;
- 12 em regime de mobilidade fora da centralização;
- 1 diplomado do CEAGP;
- 3 por procedimento concursal e
- 2 por regresso após cessação de funções em gabinete ministerial.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

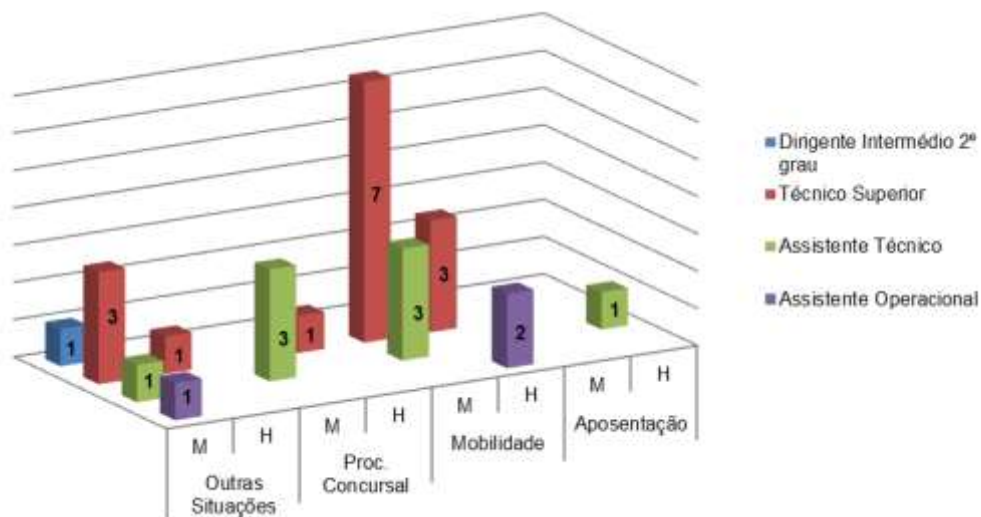


Logo, comparativamente com o ano de 2014, verificou-se um significativo número de admissões.

Saída de trabalhadores

No decurso do ano de 2015 saíram 27 pessoas da SGPCM (20,3%) do total de efetivos, sendo o grupo dos técnicos superiores o de maior expressão (15), seguido dos assistentes técnicos (8), assistente operacional (3) e dirigente intermédio de 2º grau (1).

O motivo de saída preponderante foi a mobilidade (15), seguida do procedimento concursal (4), designação para gabinete (4), comissão de serviço (2), cessação da mobilidade (1) e aposentação (1). O maior número de saídas assinalou-se no género feminino (19 trabalhadoras).





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Modalidades de horário e período normal de trabalho

Considerando as modalidades de horário de trabalho praticadas na SGPCM verificou-se que o horário predominante é o flexível, sendo que mais de metade dos trabalhadores (62%) desempenhou funções nesse regime, correspondendo a 40h semanais. Esse valor foi idêntico ao do ano transato.

Seguidamente foi praticado pelos trabalhadores integrados nas carreiras técnica superior e assistente técnica a modalidade de horário de jornada contínua, onde o período normal de trabalho corresponde a 35h semanais, com vista a conciliar a vida profissional com a pessoal.



Mudança de situação de trabalhadores

Ao longo de 2015 ocorreram mudanças na situação jurídico-funcional de 13 pessoas da SGPCM:

- A consolidação de mobilidade de 6 trabalhadores sendo que 1 na categoria de técnico superior e 5 na carreira de assistente técnico;
- Ao abrigo do regime de mobilidade intercarreiras deu-se a transição de 5 assistentes técnicos para a carreira técnica superior;
- 2 trabalhadores da SGPCM iniciaram funções de direção intermédia de 1º e 2º graus, em regime de substituição, ao abrigo do Estatuto do Pessoal Dirigente.

Ausências ao trabalho

O número total de dias de ausência em 2015 foi de 1 905 dias, denotando-se uma maior expressão no género feminino (1 728 dias). Essas ausências justificaram-se, principalmente, por motivos de doença prolongada (3), licenças parentais (2) e acidente de trabalho (1).

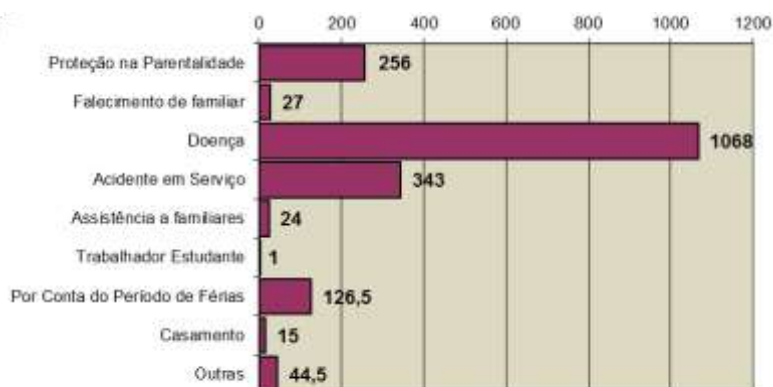
O motivo com maior representatividade de ausências foi a doença (1 068 dias) com um peso de 56% face às demais causas. Foi possível apurar que estão associadas a doenças do foro oncológico e doenças auto-imunes que obrigam as pessoas a ausentar-se por períodos prolongados.

Também a ausência por acidente de trabalho (343 dias) fez aumentar o valor dos dias perdidos de trabalho.

Constatou-se que em 2015 o género masculino faltou 80 dias e o género feminino 988 dias.

O grupo de pessoal com maior número de ausências foi o técnico superior com 1 061 dias.

No entanto, verificou-se uma descida que ronda 1% na taxa de absentismo em relação ao ano de 2014.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Capítulo 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

A estrutura remuneratória do pessoal da SGPCM apresentou um leque salarial ilíquido com uma amplitude de 9,1, sendo superior no género masculino, cenário idêntico ao do ano transato.

O escalão remuneratório 501 € - 1 000 € foi o que abrangeu maior número de trabalhadores num total de 33, sendo 21 do género feminino e 12 do género masculino.

A remuneração base média anual foi de 18 412,88 €.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Capítulo 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

No decorrer do ano de 2015 ocorreram 2 acidentes de trabalho (4 em 2014), ambos abrangendo trabalhadores do género feminino.

Daqueles acidentes ambos os trabalhadores foram considerados incapazes temporária e absolutamente para o trabalho, sendo que deram origem a baixa superior a 30 dias e um deles totalizou 343 dias de trabalho perdidos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Capítulo 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação ministrada ao pessoal da SGPCM esteve alinhada com o Plano de Atividades e com a estratégia organizacional da SGPCM, visando a aquisição e desenvolvimento de competências e conhecimentos, melhorar o desempenho organizacional e fomentar a curiosidade e inovação na SGPCM.

As necessidades de formação foram identificadas no levantamento e diagnóstico de necessidades, realizado anualmente, através da consulta aos dirigentes e trabalhadores.

No Plano de Formação para 2015 estavam previstas 35 ações, sendo que 26 correspondiam a ações externas e 9 a ações internas, das quais foram realizadas 12 e 4 respetivamente. Todavia, foram adicionalmente frequentadas 17 ações (fora do plano) que totalizaram 3 177,5 horas com 137 participantes (397 participações), pelo que se apurou que nestas três variáveis (ações, participantes e participações) houve um acréscimo significativo em relação ao ano anterior, com mais 1 329,5 horas, 71 participantes e 285 participações.

A formação consistiu essencialmente em cursos, seminários, conferências, congressos e incidiram sobre as seguintes áreas temáticas:

- Direito/Assuntos jurídicos/RH
- Contabilidade/Financeira
- Auditoria
- TIC
- Património e Aquisições
- Comunicação e relacionamento interpessoal
- Arquivo e Ciências Documentais

Em 2015, face à necessidade de desenvolvimento de competências relacionadas com a entrada em vigor de nova legislação, foram asseguradas 397 participações em diversas ações de formação.

FORMAÇÃO EXTERNA	Dir.Sup.	Dir.Int.1º	Dir.Int.2º	TS	Inf	AT	AO	Totais
Código dos Contratos Públicos				3				3
Princípios Gerais de Auditoria		1		3				4
PREZI				3	1			4
I Jornada de Direito das Fundações				8				8
Team Building Challenger			2	3		4		9
Contabilidade Pública para não Financeiros				4		7		11
Legística		1		7		3		11
Congresso Administração Pública: valor e confiança		1	1	12				14
Outras	1	1	2	20		2		26
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas		2	1	32	2	5		42
SIADAP	1	8	3	25		16		53
Novo CPA		4	2	47	1	31	1	86
	2	18	11	167	4	68	1	271

FORMAÇÃO INTERNA	Dir.Sup.	Dir.Int.1º	Dir.Int.2º	TS	Inf	AT	Totais
Excel avançado			1	3	1		5
Funções de júri nos procedimentos de contratação pública				16		2	18
GESCOR				17		11	28
Digesto: pesquisar legislação		2	3	56		14	75
	0	2	4	92	1	27	126

A formação profissional envolveu pessoas de todos os grupos profissionais da SGPCM, incluindo pessoal dirigente. O número de participantes foi de 137, sendo que os grupos profissionais dos assistentes técnicos e dos técnicos superiores foram os mais representativos.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Como se pode observar pelos mapas supra os trabalhadores da carreira de técnico superior e de assistente técnico foram os que mais participaram em ações de formação, o que se explica por serem os grupos com maior número de trabalhadores, num número total de 119 participantes, correspondendo a 89,5% do total.

Várias ações de formação externa foram frequentadas nas instalações da Secretaria-Geral, evitando-se a perda de tempo em deslocações.

Em 2015 os encargos com a formação ascenderam a 14 781,52€.

É de salientar que 8 trabalhadores frequentaram ações de formação profissional por iniciativa própria, dos quais 7 do género feminino e 1 do género masculino através do regime de autoformação, totalizando 12 participações.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Capítulo 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

De acordo com os dados do sistema de gestão de recursos humanos (SRH) existem apenas 18 trabalhadores registados como sindicalizados, 13 do género feminino e 5 do género masculino, não existindo trabalhadores registados como pertencentes a comissões de trabalhadores.

Relativamente a processos disciplinares não foi instaurado qualquer processo disciplinar no período em análise, nem transitaram do ano anterior quaisquer processos deste tipo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

4ª PARTE

FORMULÁRIO DO BALANÇO SOCIAL SEGUNDO MODELO DA DGAEP

→ Capa do Balanço Social - 2015

→ Critério adotado para o registro dos dados no BS em caso de processo de fusão/reestruturação

→ Índice de Quadros

→ Quadros do 1 ao 32